CONSIDERANDO que a Diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário – DEAF do ITERPA, em conformidade com os dados e mapas cadastrais do Instituto, constataram o domínio do Estado do Pará sobre terras devolutas localizadas no Município de Eldorado dos Carajás, abrangendo uma área de 716,4776ha; CONSIDERANDO, os termos da Instrução Normativa 002/2009, do ITERPA, no que se refere à arrecadação de área total, com ressalva a possíveis retificações de área e averbações posteriores;

CONSIDERANDO por último, tudo o que consta do Processo Administrativo autuado no ITERPA sob o n. 2018/409153.

RESOLVE:

I – ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 716,4776ha (setecentos e dezesseis hectares, quarenta e sete ares e setenta e seis centiares), insere no Município de Eldorado dos Carajás, denominada GLEBA “Marfim-Parte I”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA, nos seguintes termos: Partindo do marco M-01, de coordenada N = 9.311.073,48m e E = 703.728,65m; deste, segue confrontando com o Limite Municipal (IBGE) São Geraldo do Araguaia / Eldorado dos Carajás, com a seguinte distância 5.696,82 m e azimute plano 229°33’53” até o marco M-02, de coordenada N = 9.307.378,58m e E = 699.392,58m; deste, acompanhando a configuração da M/D do Igarapé Mucura, com a seguinte distância 1.803,86 m até o marco M-03, de coordenada N = 9.308.395,32m e E = 698.348,55m; deste, segue confrontando com o Assentamento Federal PA Limão, com a seguinte distância 1.210,55 m e azimute plano 25°38’39” até o marco M-04, de coordenada N = 9.309.486,63m e E = 698.872,45m; 744,74 m e azimute plano 64°00’59” até o marco M-05, de coordenada N = 9.309.812,91m e E = 699.541,91m; 458,36 m e azimute plano 69°07’18” até o marco M-06, de coordenada N = 9.309.976,26m e E = 699.970,17m; 522,19 m e azimute plano 72°00’57” até o marco M-07, de coordenada N = 9.310.137,49m e E = 700.466,85m; 1.437,53 m e azimute plano 70°43’01” até o marco M-08, de coordenada N = 9.310.612,21m e E = 701.823,73m; 600,30 m e azimute plano 72°40’21” até o marco M-09, de coordenada N = 9.310.791,00m e E = 702.396,79m; 551,38 m e azimute plano 72°08’29” até o marco M-10, de coordenada N = 9.310.960,09m e E = 702.921,60m; deste, segue confrontando com o Assentamento Federal PA Grotão dos Caboclos, com a seguinte distância 432,51 m e azimute plano 81°07’00” até o marco M-11, de coordenada N = 9.311.026,88m e E = 703.348,92m; 382,58 m e azimute plano 83°00’16” até o marco M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00’, fuso-22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

II – DETERMINAR à Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Agrário e Fundiário-DEAF a adoção das medidas subsequentes com vistas à matrícula da área em nome do Estado do Pará, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eldorado dos Carajás.

Max André Brandão da Costa
Presidente

Protocolo: 371993

PORTARIA Nº 983, DE 10 DE OUTUBRO DE 2018.

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas “g” e “k” da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975, e CONSIDERANDO que o Decreto – Lei n. 2.375, de 24 de novembro de 1987, atribui expressamente aos Estados-membros a faculdade de promover a arrecadação de terras públicas devolutas de seu domínio, observando, no que couberem, as disposições do art. 28 da Lei n. 6.383, de 07 de dezembro de 1976;

CONSIDERANDO que o Instituto de Terras do Pará – ITERPA é o Órgão executor da política fundiária do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras devolutas, a teor do art. 2º da Lei n. 4.584/75, cabendo-lhe, assim, dentre outras atribuições, a de extramar o patrimônio público do particular;

CONSIDERANDO que a Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Agrário e Fundiário – DEAF do ITERPA, em conformidade com os dados e mapas cadastrais do Instituto, constataram o domínio do Estado do Pará sobre terras devolutas localizadas no Município de Eldorado dos Carajás, abrangendo uma área de 452,3399ha; CONSIDERANDO, os termos da Instrução Normativa 002/2009, do ITERPA, no que se refere à arrecadação de área total, com ressalva a possíveis retificações de área e averbações posteriores;

CONSIDERANDO por último, tudo o que consta do Processo Administrativo autuado no ITERPA sob o n. 2018/409153.

RESOLVE:

I – ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 452,3399ha (quatrocentos e cinquenta e dois hectares, trinta

e três ares e noventa e nove centiares), insere no Município de Eldorado dos Carajás, denominada GLEBA “Marfim-Parte II”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA, nos seguintes termos: Partindo do marco M-01, de coordenada N = 9.317.342,60m e E = 708.304,18m; deste, segue confrontando com o Assentamento Federal PA Grotão dos Caboclos, com a seguinte distância 537,40 m e azimute plano 140°10’05” até o marco M-02, de coordenada N = 9.316.929,91m e E = 708.648,41m; 505,31 m e azimute plano 171°02’23” até o marco M-03, de coordenada N = 9.316.430,77m e E = 708.727,11m; 226,24 m e azimute plano 167°50’13” até o marco M-04, de coordenada N = 9.316.209,61m e E = 708.774,78m; 651,12 m e azimute plano 154°40’28” até o marco M-05, de coordenada N = 9.315.621,07m e E = 709.053,30m; deste, segue confrontando com o Limite Municipal (IBGE) Eldorado dos Carajás / São Geraldo do Araguaia, com a seguinte distância 2.453,67 m e azimute plano 229°22’53” até o marco M-06, de coordenada N = 9.314.023,69m e E = 707.190,82m; 1.559,58 m e azimute plano 229°33’53” até o marco M-07, de coordenada N = 9.313.012,17m e E = 706.003,76m; deste, segue confrontando com o Assentamento Federal PA Grotão dos Caboclos, com a seguinte distância 347,35 m e azimute plano 18°02’24” até o marco M-08, de coordenada N = 9.313.342,44m e E = 706.111,33m; 501,47 m e azimute plano 294°53’20” até o marco M-09, de coordenada N = 9.313.553,49m e E = 705.656,43m; 1.129,01 m e azimute plano 50°17’49” até o marco M-10, de coordenada N = 9.314.274,71m e E = 706.525,05m; 183,09 m e azimute plano 49°01’58” até o marco M-11, de coordenada N = 9.314.394,75m e E = 706.663,30m; 897,56 m e azimute plano 333°07’01” até o marco M-12, de coordenada N = 9.315.195,31m e E = 706.257,45m; 492,48 m e azimute plano 69°23’13” até o marco M-13, de coordenada N = 9.315.368,69m e E = 706.718,40m; 494,50 m e azimute plano 60°27’37” até o marco M-14, de coordenada N = 9.315.612,49m e E = 707.148,62m; 65,47 m e azimute plano 150°51’31” até o marco M-15, de coordenada N = 9.315.555,31m e E = 707.180,50m; 342,93 m e azimute plano 171°36’58” até o marco M-16, de coordenada N = 9.315.216,05m e E = 707.230,50m; 598,67 m e azimute plano 41°44’52” até o marco M-17, de coordenada N = 9.315.662,71m e E = 707.629,13m; 565,13 m e azimute plano 37°37’14” até o marco M-18, de coordenada N = 9.316.110,33m e E = 707.974,10m; 485,46 m e azimute plano 318°57’23” até o marco M-19, de coordenada N = 9.316.476,47m e E = 707.655,33m; 713,05 m e azimute plano 36°30’42” até o marco M-20, de coordenada N = 9.317.049,57m e E = 708.079,58m; 339,83 m e azimute plano 36°30’42” até o marco M-21, de coordenada N = 9.317.322,71m e E = 708.281,78m; 29,96 m e azimute plano 48°23’48” m até o marco M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00’, fuso-22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

II – DETERMINAR à Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Agrário e Fundiário-DEAF a adoção das medidas subsequentes com vistas à matriculada área em nome do Estado do Pará, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Eldorado dos Carajás.

Max André Brandão da Costa
Presidente

Protocolo: 372001

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 302/2018-NGPR – 09/10/2018.

O GERENTE EXECUTIVO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL - NGPR, no exercício de suas atribuições legais, estabelecida na Lei Estadual nº 6.797, de 16 de novembro de 2005 e de acordo com o processo nº 2018/442821.

RESOLVE: DESIGNAR a servidora Gilmar Castro Correa, matrícula nº 57193835 ocupante do cargo de Apoio Administrativo, para substituir a servidora Jurema Elizabeth da Silva Freire, matrícula nº. 5935496/2, - Apoio Técnico, neste Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural - NGPR, DE 05/11/2018 a 04/12/2018, durante o período de Gozo de Férias.

VALDO LUIZ DOS SANTOS GASPAR

Gerente Executivo do Núcleo de Gerenciamento Pará Rural

Protocolo: 371801

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 3461/2018 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018- ADEPARÁ.

O Diretor-Geral da AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 222, 223 e 224 da lei Estadual 5.810/94.

Considerando o teor do Relatório Final Conclusivo da Comissão de Processante instaurada pela PORTARIA Nº 1586/2018, de 07/06/2018, publicada no DOE nº 33.634 de 11/06/2018, prorrogada por meio da PORTARIA Nº 2493/2018 de 09/08/2018, publicada no DOE nº 33.678 de 13/08/2018, bem como o parecer jurídico nº 280/2018 e o julgamento para arquivamento constantes nos autos do processo nº 2017/375450;

RESOLVE:

I-DETERMINAR o ARQUIVAMENTO dos autos do Processo de Administrativo Disciplinar nº 2017/375450, PORTARIA Nº 1586/2018, de 07/06/2018, publicada no DOE nº 33.634 de 11/06/2018, prorrogada por meio da PORTARIA Nº 2493/2018 de 09/08/2018, publicada no DOE nº 33.678 de 13/08/2018 por não restar provado nos autos à ocorrência de infração referente as faltas apuradas.

II-COMUNICAR todos os setores envolvidos para ciência do julgamento.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se Belém/PA, 10 de outubro de 2018.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor-Geral

Protocolo: 372149

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 3454/2018- ADEPARÁ, 09 DE OUTUBRO DE 2018

A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente de Recursos Humanos, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso I, VII e artigo 18, inciso I e XIX de Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.

CONSIDERANDO, o que determina o Art. 77, IX e Art. 98, 99 e 100 da lei nº 5.810/94.

R E S O L V E:

CONCEDER o(a) servidor(a) JANILENE ANDRADE DA COSTA NASCIMENTO, matrícula nº 5214564/3, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio 2007/2010, no período de 01/10/2018 a 30/10/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ANDREIA GONCALVES DE CARVALHO

Gerente de Área de Gestão de Pessoa, em exercício

SALVIO CARLOS FREIRE DA SILVA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 371790

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 3471/2018-ADEPARÁ, 10 DE OUTUBRO DE 2018.

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.

CONSIDERANDO, o que determina o Art. 132, inciso II da lei nº 5.810/94, que REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES.

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) ANDRÉIA GONÇALVES DE CARVALHO, matrícula nº 54185973/5, Técnico em Educação, para responder pela Gerência da Área de Gestão de Pessoas, durante o período de prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde - LTS, da titular MARISTELA DO SOCORRO SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 6320376/2, no período de 20/09/2018 a 19/10/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor Geral

Protocolo: 371926

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Portaria de designação de fiscal nº 3469 de 10 de Outubro de 2018.

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, LUIZ PINTO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 20 de abril de 2017, publicado no DOE nº 33359 de 24 de abril de 2017.